



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Avenida de França, 549 – 4050-279 PORTO

Tel: 22 834 95 70 Fax: 22 832 54 94

CIRCULAR Nº 20 – 2007/2008

Para conhecimento das Associações, Clubes seus filiados, Rádio, Televisão, Imprensa e demais interessados a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, informa:

1 – EXAMES DE AVALIAÇÃO MÉDICO-DESPORTIVA

A actividade desportiva de âmbito competitivo realiza-se num contexto de esforço elevado, sendo por isso imperativo avaliar previamente o estado de saúde dos praticantes.

Neste domínio, não pode haver qualquer atitude facilitadora, nem menor exigência, atendendo a que se trata de um problema que requer de todos o maior empenho.

Assim sendo e atento o atrás descrito, informa-se, para que seja escrupulosamente cumprido, o seguinte:

1. De harmonia com os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 345/99, de 27 de Agosto, os exames de avaliação médico-desportiva são obrigatórios para os praticantes desportivos, árbitros, juizes e cronometristas filiados, ou que se pretendam filiar, em federações de utilidade pública desportiva.
2. Os praticantes desportivos que não estejam abrangidos pelo regime de alta competição, devem ser submetidos a exames de avaliação médico-desportiva geral, visando detectar a existência ou não de contra-indicações, com ou sem restrições, para a prática desportiva (artigo 5.º, n.º 1)
3. Os exames da avaliação médico-desportiva aos praticantes desportivos abrangidos pelo regime de alta competição são, exclusivamente, realizados nos Centros de Medicina Desportiva do Instituto Nacional do Desporto (n.º4, do artigo 5.º do citado Diploma Legal)
4. Os praticantes desportivos abrangidos pelo regime de alta competição devem submeter-se, obrigatoriamente, uma vez por ano, a exames de avaliação médico desportiva e ou de controlo do treino físico (artigo 6.º, n.º 3)
5. Sempre que os praticantes desportivos pretendam competir no escalão imediatamente superior ao correspondente à sua idade têm de se submeter a exame de avaliação médico-desportiva geral, devendo especificar-se o escalão para o qual o examinado se encontra apto (artigo 8.º, n.º 4)
6. A sobreclassificação de um praticante desportivo para além do escalão imediatamente superior ao correspondente à sua idade só é permitida em casos especiais, devidamente analisados através de exame de avaliação médico-desportiva específico, que será realizado nos Centros de Medicina Desportiva do IND.
7. A ficha de avaliação médico-desportiva em vigor (Despacho conjunto n.º 916/2003) é um documento oficial que pode, unicamente, ser adquirido nos Centros de Medicina Desportiva de Lisboa e Porto e nas Delegações Distritais do Instituto do Desporto de Portugal, mediante o pagamento da respectiva importância.

8. São expressamente proibidas fotocópias ou reproduções por qualquer meio das referidas fichas médico-desportivas oficiais, assim como alteração do seu conteúdo, sendo eventualmente tal situação passível de configurar o crime de falsificação de documento.

9. Qualquer rasura numa ficha médico-desportiva oficial implicará a rejeição liminar da mesma por parte dos serviços administrativos desta Federação.

Renova-se assim o apelo desta Federação no sentido de que por todos os agentes desportivos sejam transmitidas e acatadas as orientações que sobre o assunto estão superiormente definidas.

Porto e Secretaria da Federação Portuguesa de Voleibol, 29 de Julho de 2008

A DIRECÇÃO